



Anais da Assembléia

N. 137

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XLII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 117.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1.987
SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Nilton Barbosa e José Rogério Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer (48). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: David Cheriegate, João Arruda, Luiz Alberto Oliveira, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo e Valdeir Mendes Vilela (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

consignado Regime de Urgência ao Projeto de Lei Complementar n. 307/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 102/87.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Preferência de Discussão e Votação à Proposição n. 40/87, proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar o art. 147 da Constituição do Estado do Paraná, de acordo com o disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei n. 328/87, que objetiva autorização legislativa nos termos do art. 21, inciso VIII, alínea C, da Constituição do Estado do Paraná, para o procedimento da regulamentação de diversos lotes de terras devolutas, conforme relação inclusa, da Gleba Capivari de Baixo, Município de Tibagi, ocupados por Inácio Borato, na forma do disposto pelo artigo 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Preferência de Discussão e Votação aos seguintes projetos:

1. Projeto de Lei n. 336/87;
2. Projeto de Lei Complementar n. 306/87;
3. Projeto de Lei n. 326/87;
4. Projeto de Resolução n. 80/87;
5. Projeto de Lei n. 236/87;
6. Projeto de Resolução n. 70/87, em conformidade com o que dispõe o artigo 100, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a dispensa de Discussão e Votação da Redação Final dos Projetos de 3. Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária, que não tenham sofrido Emendas no curso de sua tramitação, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 58 do Regimento Interno, acrescentado pela Resolução n. 116/86.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de votos de congratulações e manifestações de regozijo à Direção das EMPRESAS SETTI, integrada pela Cafeeira Setti S/A, Setti Alimentos S/A, Agostinho Setti & Cia. Ltda e Agostinho Setti Armazéns Gerais Ltda, pela data que assinala a 21 de novembro em curso o seu centenário, expressos às pessoas da Sra. Anna Setti, sua Presidenta, Sr. Adhemar Setti, Diretor Industrial, Antônio Agostinho Setti, Diretor Comercial e Vicente Ambrósio, Diretor-Financeiro, evento a que se farão presentes autoridades da maior expressão política, cultural e econômica, bem como outros segmentos da sociedade paranaense.

Desta decisão, requer ainda, seja dada ciência àquela direção, no seguinte endereço: Rua Paraná, 911 - Jacarezinho-PR - CEP 86.400.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A propósito, a homenagem a que nos propomos conferir à Direção das Empresas Setti, com sede na cidade de Jacarezinho-Paraná, objetiva expressar o nosso profundo reconhecimento pela significativa contribuição emprestada por essa renomada empresa de desenvolvimento do País, cujas atividades, mais especificamente da industrialização e comercialização do café, milho, fubá, griz, óleo e derivados, tiveram, ao longo desses anos, marcantes reflexos nos campos econômico e social paranaenses.

Fundada em 1884, pela iniciativa do empreendedor e homem de fibra Silvestre Setti, proveniente de Lucas, na Itália, o qual, estabelecendo-se em Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, instalou em 1886, a primeira Casa de Comércio, então situada à Rua Euzébio de Queiroz, no Bairro da Vila Nova.

Dois anos depois, ela é integrada por

dois membros da família, os irmãos Roque e Luiz, vindos, também da Itália, ocasião em que Silvestre Setti cria a firma Setti Silvestre, ainda sob a denominação de "Casa Setti", cujas instalações situaram-se à Rua Conselheiro Dantas, no Largo do Rosário, em São Paulo.

Assim, impulsionado pelos elementos que fortemente contribuíam para a boa marcha dos negócios e que os estimulavam a desenvolvê-los, Silvestre Setti transfere a empresa, em 1910, para Jacarezinho-PR, da qual passou a fazer parte, também, seu filho Henrique Setti, mudando a razão social para Silvestre Setti & Filhos.

Em 1911, transfere a sede para prédio próprio, e onde ainda funciona a empresa.

Em 1919, Silvestre Setti retira-se da empresa, regressando à Itália, substituindo-o seu filho Agostinho Paschoal Setti, mudando a razão social para "Henrique Setti & Irmão".

A par das atividades citadas, diversificou a empresa seu ramo, dedicando-se à revenda de veículos, e como pioneira da região, instala a primeira revendedora do norte Velho, a Agência Ford.

Já em 1946, a empresa Agostinho Setti & Cia Ltda fica sob a total responsabilidade de Agostinho Paschoal Setti, que inicia a comercialização de cereais, além de construir armazéns gerais, os quais integram o patrimônio da empresa.

Após seu falecimento, assume a direção a Sra. Anna Setti, sua atual Presidenta, a qual, a exemplo do marido, tem se configurado como elemento da maior capacidade e de acentuado espírito empreendedor que, juntamente com os demais membros daquela direção, não tem medido esforços para engrandecer e orgulhar o setor empresarial em nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviada cópia deste expediente, com a anexação dos requerimentos ns. 1.356/87 e 341/87, respectivamente, do presidente da Câmara Municipal e Vereador de Santo Antônio da Platina, ao Superintendente do INPS no Paraná, Dr. Léo de Almeida Neves, para que viabilize estudos para criação de uma Agência do Instituto naquele Município e Comarca.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Evidentemente, é sobejamente conhecida a dificuldade na prestação da assistência aos dependentes do INPS, em razão da centralização de sua administração. O governo, com objetivos de atender o "social",

tendo como alvo, o homem, tem demonstrado boa vontade em expandir a assistência aos seus milhares de associados, melhorando sensivelmente o nível de atendimento.

Todavia, com a criação d'uma Agência daquele Órgão no Município de Santo Antônio da Platina, viria, sobremaneira, não só atender à antiga aspiração da sociedade local e adjacentes, como principalmente, evitar o deslocamento de centenas de dependentes para a Cidade de Jacarezinho, com inevitáveis despesas de Transportes e alimentação, criando encargos incompatíveis com o ganho dos seus associados. Por outro lado, a Agência estaria prestando uma assistência mais efetiva e mais direta a todos seus usuários, o que justifica a propositura deste requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviada cópia deste expediente ao Senhor Dr. Osmar Dias, DD. Secretário de Estado da Agricultura, cumprimentando-o pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo com o Programa de Irrigação e Drenagem do Estado do Paraná, com objetivos de melhor aproveitamento de áreas ociosas e improdutivas.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com as medidas que vem sendo adotadas pelo ilustre Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Osmar Dias, com a implantação do Programa de Irrigação e Drenagem do Estado do Paraná, visando um melhor e mais racional aproveitamento de determinadas áreas ociosas e improdutivas existentes no Estado, o grande beneficiado, sem dúvida alguma, será o homem do campo, o grande e pequeno agricultor, tão desestimulado em razão das dificuldades e carência de incentivo para a exploração de sua terra e aumento da produção.

Tomadas de posição desse jaez vêm ao encontro dos anseios e desejo do homem do campo, castigado pelas dificuldades diuturnas que enfrenta, aliadas ao desinteresse e apatia das autoridades governamentais. À vista dessa iniciativa do Secretário, parabeno-o pelo seu relevante trabalho e preocupação com a classe que tanto dá de si pelo Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa anuncia com satisfação as presenças do Sr. Valdenir Moura, Presidente do PMDB jovem de Alto Piquiri e do Vereador de Cascavel e Aldo Pazianeki.

Não há expediente a ser lido.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças com a palavra a representação do PTB.

(Ausente). Estando ausente, está com a palavra a representação do PL.

(Ausente). Estando ausente, está com a palavra a representação do PDS.

(Ausente). Estando ausente, está com a palavra a representação do PDT.

(Declina). Havendo declinado, está com a palavra a representação do PFL.

(Declina). Havendo declinado, está com a palavra a representação do PT.

(Ausente). Estando ausente, está com a palavra a representação do PMDB.

(Declina). Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para a Proposição n. 40/87. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a Preferência de Votação para os Projetos de Lei n. 336/87, de Lei Complementar n. 306/87, de Lei n. 326/87, de Resolução n. 80/87, de Lei n. 236/87 e de Resolução n. 70/87. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para os Projetos de Lei n. 328/87. **Aprovado..**

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

1.^a DISCUSSÃO - Da Proposição n. 040/87, oriunda do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO sobre Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN e outros, que altera o § 1º do artigo 160, da Constituição do Estado do Paraná. (§ 1º Promulgada a Constituição Federal, a Assembléia Constituinte compor-se-á em Comissões, para redigir e encaminhar o Projeto, de acordo com o Regimento especialmente criado para elaboração da nova Constituição). EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROPOSTA DE EMENDA

CONSTITUCIONAL N. 040/87

Artigo Único - O § 1º do artigo 160, da Constituição do Paraná, é alterado, ficando com a seguinte redação:

"§ 1º - Promulgada a Constituição Federal, a Assembléia Constituinte compor-se-á em comissões, para redigir e encami-

nhar o projeto, de acordo com o regimento especialmente criado para a elaboração da nova Constituição.

Sala das Sessões, em 07.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Gernote Kirinus, Pirajá Ferreira, Antônio Bárbara, Paulo Furiatti, Alexandre Ceranto, Dirceu Manfrinato, Cândido Bastos, João Arruda, Pedro Tonelli, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Ferrari Júnior, Rafael Greca, Anibal Khury, Paulino José Delazeri, Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Túlio, Caíto Quintana, Haroldo Rodrigues Ferreira, Raul Lopes, Nilton Barbosa, Ezequias Losso, Valderi Mendes Vilela, José Felinto, Amélia Hruschka e Lindolfo Júnior.

JUSTIFICATIVA:

O art. 23 da Constituição Estadual define que o processo legislativo compreende a elaboração de Emenda à Constituição, e que poderá ser emendada por proposta da terça parte dos membros da Assembleia Legislativa.

A presente proposta de emenda constitucional tem por objetivo modificar o § 1º, do artigo 160, da Constituição Estadual. Esta emenda substitutiva tem fundamento político-jurídico: não é admissível que apenas 15 deputados, representando a proporcionalidade partidária, tenham o privilégio de elaborar o Projeto de Constituição Estadual, derivada da futura Constituição, ora em elaboração pela Constituinte.

A Emenda n. 25 que transformou os atuais Deputados em constituintes estaduais adentrou em assunto que não deveria definir, pois o futuro projeto constitucional paranaense deverá ter a participação de todos os Deputados. Essa participação será definida pelo Regimento Interno da futura Constituinte Estadual.

A nossa iniciativa inspira-se na idéia política dos Constituintes, que aboliu a idéia inicial da "Grande Comissão", e criou 8 comissões, no Regimento Interno, o que permite a participação de todos os atuais constituintes.

Ademais, corrige-se uma injustiça que se cometeria contra os pequenos partidos, em especial àqueles que possuem apenas um Deputado nesta Casa. Qual seria a representação proporcional de um Deputado? O próprio? Se assim fosse teria a participação 100%, logo não seria proporcional. Não integrando a Comissão dos 15, não teria participação nenhuma.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

PARECER

à Proposição n. 40/87.

A proposta de alteração constitucional

ora examinada tem a finalidade de disciplinar, no âmbito da Assembleia Legislativa, a tramitação com redação e encaminhamento do projeto que adaptará a Carta Magna Estadual à Constituição Federal, tão logo seja promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte.

A preocupação de seus autores reside na composição de diversas Comissões, tantas quantas necessárias, para a agilização dos trabalhos da Constituinte paranaense, vez que a adaptação do texto deve dar-se em prazo suficiente para que o nosso Diploma maior possa vigorar brevemente.

Entretanto, cuidado maior é dispensado - proporcionalidade da representação partidária na composição dessas Comissões, evitando-se que somente a terça parte dos parlamentares com assento nesta Casa de Leis possam, ativamente, participar dos trabalhos constitucionais na forma preconizada pela vigente Constituição Estadual, notadamente em seu artigo 40 e nas disposições do § 1º do artigo 160, o qual, com essa emenda se pretende modificar.

A bem lançada justificativa de fls. 02, deste procedimento, por si autoriza a manifestação, aliás altamente democrática, favorável à aprovação da medida pleiteada.

Sala das Comissões, em 18.06.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Folhas 8, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Folhas 8 do avulso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Qual é o número do Projeto, por favor, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É o n. 51 na ordem, e a Proposição é de n. 47/87. Vossa Excelência irá requerer urgência para este Projeto.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação. - (Aprovado, por unanimidade).

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 336/87, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n. 118/87, que objetiva alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980. (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo).

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 306/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 85/87, que objetiva alterar os dispositivos da Lei Complementar n. 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 326/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 110/87), que objetiva autorizar a alienação, pela via jurídica adequada e mediante o preenchimento das formalidades legais, de 66,03% (sessenta e seis vírgula zero três por cento) das ações pertencentes ao Banco do Estado do Paraná S/A., junto ao Banco Del Paraná S/A., conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 80/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL, por unanimidade da Comissão de Tomadas de Contas e que aprova as Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1986. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 236/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 77/87, que objetiva instituir a Escola de Música e Belas Artes do Paraná em entidades autárquicas, com autonomia administrativa financeira e técnica, como resultado da incorporação das unidades Administrativas de Níveis Subdepartamental denominadas Escolas de Músicas e Belas Artes do Paraná e Faculdade de Educação Musical do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

Sobre o referido Projeto, Emendas de Plenário, em número de três, de autoria de diversos Senhores Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

N.º 01 AO PROJETO DE LEI N. 236/87

Acrescente-se onde couber, o seguinte artigo:

"Art. - A implementação das disposições desta Lei e a coordenação dos trabalhos de institucionalização da Autarquia serão dirigidos por um coordenador técnico indicado pelo Poder Executivo, pelo prazo improrrogável de 180 dias à frente de uma Comissão Paritária, constituída pelas atuais direções e por representantes dos três segmentos da comunidade acadêmica, presidida pelo Secretário de Ensino

Superior, Ciência e Tecnologia.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(aa) ANIBAL KHURY, NILTON BARBOSA, VERA AGIBERT, TADEU LÚCIO MACHADO e DIRCEU MANFRINATO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N.º 02

Art. 1.º - Os artigos 2.º, 6.º e 7.º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º - A Escola Superior de Artes do Paraná tem por finalidade ministrar o ensino das artes para a formação de artistas, arte-educadores, professores e musicoterapeutas, promovendo a pesquisa e o desenvolvimento das artes e a prestação de serviços à comunidade."

"Art. 6.º - O regulamento da Autarquia a ser aprovado pelo Poder Executivo Estadual será elaborado por membros de ambas escolas integradas, no prazo de 180 dias e fixará a constituição, organização, atribuições e competências, estrutura organizacional e demais condições para o pleno funcionamento da Escola Superior de Artes do Paraná, respeitadas as disposições legais cabíveis."

"Art. 7.º - O regime jurídico do pessoal na Escola Superior de Artes do Paraná será o da legislação trabalhista ressalvados os direitos adquiridos e o aproveitamento prioritário do pessoal em exercício nos estabelecimentos incorporados à Autarquia.

Parágrafo único. A composição do Quadro de Pessoal e a regulamentação da Carreira Docente constará de proposta específica a ser elaborada pelos membros das duas Escolas, em 180 dias da vigência da presente lei, e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(aa) ANIBAL KHURY, TADEU LÚCIO MACHADO, DIRCEU MANFRINATO, VERA AGIBERT e NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Esta Emenda visa modificar o Projeto de Lei n. 236/87, com o objetivo de lhe dar maior eficácia.

A iniciativa governamental é digna de aplausos, mas faz-se necessário que a nova instituição leve consigo todo o universo das atividades acadêmicas e culturais que ambas desenvolvem.

É de suma importância a unidade da nova instituição, à integração sociológica e cultural tão necessária numa Escola de Ensino Superior.

É fundamental uma institucionalização que respeite, na unidade administrativa, a diversidade dos cursos que são e serão ministrados numa e noutra das instituições a serem integradas.

O Projeto de Lei é louvável, porque apresenta a intenção de melhoria institucional e de organização administrativa, mas seria muito mais completo se as etapas de implementação dos procedimentos administrativos fossem definidas no tempo, para que sua implementação não se perca pela procrastinação e para que haja responsabilização pelas eventuais omissões.

O art. 7.º do Projeto revela a preocupação administrativa pelos direitos adquiridos. A Comunidade Acadêmica dos Funcionários e Professores entende que o ideal não é só o respeito aos direitos adquiridos, mas a necessidade de superar a prática dos Contratos Horistas, ou a angústia permanente da variância dos Contratos, e a ocupação aleatória de encargos funcionais assumidos e desempenhados; portanto, impõe-se uma proposta justa que direcione às ações e medidas administrativas para o aproveitamento prioritário do pessoal que atualmente se encontra em exercício nas duas Entidades integradas. É necessário que o projeto considere o resgate do crédito que esta Comunidade adquiriu ao longo de tantos anos mesmo com precariedade de recursos, contando tão só com miserabilidade dos espaços físicos e a ausência de materiais didático-pedagógicos que lhes amparassem a atividade docente e funcional.

O Projeto não pode deixar de fixar as responsabilidades dos órgãos executivos de Elaboração do regulamento (Estatuto) da Autarquia e não pode esquecer os tempos em que a Autarquia ganhará a funcionalidade pragmática e a desenvoltura necessária para suas atividades acadêmicas que não podem sofrer solução de continuidade.

EMENDA MODIFICATIVA

CORRETIVA DE PLENÁRIO DE N.º 03

Art. - Fica alterada, onde houver, a denominação "Escola de Música e Belas Artes do Paraná" para "Escola Superior de Artes do Paraná."

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O projeto em tela cria a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, que será entidade autárquica, de direito público e administrativa, financeira e tecnicamente autônoma.

Contudo, em abaixo-assinado da Direção, Docentes, Discentes e Servidores da FEMP, estes reivindicam por nova denominação diferente daquela dada pelo projeto. Querem eles que a referida autarquia passe a se chamar ESCOLA SUPERIOR DE ARTES DO PARANÁ.

Assim entendem, pelo motivo que se preservando o nome de uma, provoca-se a

impressão de anulação da outra, quando na verdade o que houve foi a fusão da "Escola de Música e Belas Artes do Paraná" e da "Faculdade de Educação Musical do Paraná" num único estabelecimento para o fim de manter cursos de Ensino Superior na área de Artes, possibilitando o surgimento de uma instituição mais vigorosa, capaz de irradiar com maior magnitude a cultura artística do Paraná.

Um nome neutro valoriza a memória de ambas as escolas sem sobrepor uma à outra. Criando com a junção destas duas, uma terceira mais forte com bases mais sólidas e com nova mentalidade de estudos e aplicação das Artes e da Educação Paranaense.

Assim sendo, a medida aqui proposta é justa pelo que esperamos o devido apoio dos nobres Pares da Casa.

- Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emendas Aprovadas.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 70/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade (Mensagem n. 92/87, ex-Proposição n. 80/87), que aprova o Convênio n. 18/86, de 12.12.86 e de seu Termo de revigoramento e prorrogação de 24.08.87, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Rolândia, objetivando a execução de obras e reparos e melhorias no terminal rodoviário de passageiros daquele Município. - Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 328/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 97/87), que objetiva Autorização Legislativa nos termos do Art. 21, inciso VIII, alínea "c" da Constituição do Estado do Paraná, para o procedimento da regulamentação de diversos lotes de Terras Devolutas, conforme a Relação inclusa, integrantes da Gleba Capivari de Baixo, Município de Tibagi, ocupados por Inácio Borato. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 97/85, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que cria o Município de NOVA TEBAS, com território desmembrado do Município de Pitanga, com sede na localidade do mesmo nome e com divisas do atual Distrito Administrativo. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 118/87, de 20.10.87, em 1.ª Disc.).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 150/87, de autoria dos Deputados NELSON

VASCONCELLOS e DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que denomina Senador Flávio Carvalho Guimarães a Rodovia PR-151, que liga Ponta Grossa - Castro - Piraí do Sul - Jaguariá - Sengés. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 80, de 18.08.87.)

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 278/87, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara o Estado do Paraná como ZONA DESNUCLEARIZADA e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C., C.E.M.A. e C.S.P., por unanimidade. - Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 272/84, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dá nova Redação ao § 2.º do Art. 73 da Lei Complementar n. 02, de 18.06.73, conforme especifica. (A verba de Representação do Prefeito juntamente com o Subsídio será fixada anualmente pela Câmara Municipal). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade e PARECER CONTRÁRIO da C.F., por unanimidade, opinando pelo seu arquivamento. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 235/86, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DE MARUMBI - Ensino de 1.º Grau, com sede no Município de Marumbi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 21/86, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que declara de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO PARANAENSE DE CINECLUBES, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 94/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública o LAR DOS VELHINHOS DE RIO AZUL, com sede e foro na cidade de Rio Azul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 145/87, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública o MINISTÉRIO DE RECUPERAÇÃO HERMON, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 159/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE MA-

RINGÁ - ADEVIMAR, com sede e foro no Município de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 187/87, de autoria do Deputado PAULINO DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXI DE CURITIBA LTDA - COOPER TAXI - OBJETIVA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 189/87, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que eleva o número de vereadores da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, a partir da próxima Legislatura, passando a contar com 17 (dezesete) vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 197/87, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA ESPORTIVA E CULTURA PAPA JOÃO PAULO II, com sede e foro no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 211/87, de autoria do Deputado ALEXANDRE CERANTO, que declara de Utilidade Pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - SOS DE XAMBRE, com sede e foro na cidade de Xambre. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 233/87, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GRANDES RIOS, com sede e foro no Município de Grandes Rios. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 235/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a ESCOLA AGRÍCOLA TIA DALVA, com sede e foro no Município de Palmas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 237/87, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL ANTIGOS E NOVOS - AMCAN, com sede e foro no Município de Ribeirão do

Pinhal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 238/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO AN-NIBELLI, que declara de Utilidade Pública a ESTÂNCIA LAR SANTA CRUZ, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 241/87, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE ESTUDO DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE - CEMIC, com sede e foro na cidade de Tupãssi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 242/87, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCÂNTARA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA-ASSESP com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 244/87, de autoria do Deputado ACYR MEZZADI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA MOTA, com sede e foro em Adrianópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 245/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. ERCÍLIO SANTINONI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 246/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 87/87), que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Paraíso do Norte, os lotes n. 3 e 4, da Quadra 68-A, com área total de 1.202,38m², e benfeitorias neles existentes, havidos pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n. 3351, no Livro 3-E, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 248/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e

foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 251/87, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Telêmaco Borba, passando a contar na próxima legislatura com 11 Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 253/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 89/87), que autoriza o Poder Executivo a doar à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMBARÁ, o imóvel constituído da área de 528,00m², havida pelo Estado, através da transcrição n. 1256, as folhas 195 do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cambará. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 257/87, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO JOÃO BOSCO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 260/87, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DA IGREJA METODISTA WESLEYANA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 261/87, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO NORTE-PARANAENSE DE RADIOAMADORES - ANPARA, com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 264/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PADRE ULRICO, de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 265/87, de autoria do Deputado PIRAJÁ FER-

REIRA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA TUPI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 274/87, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO MIRINGUAVA - ASMIRIM, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 276/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO PARQUE INDUSTRIAL E VILA MACHADO PINHEIRINHO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 280/87, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO ALÍCIO DIAS DOS REIS, com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 282/87, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela e outros, que declara de Utilidade Pública o LAR SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro no Município de Grandes Rios. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 335/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 117/87, que autoriza o Poder Executivo a instituir gratuidade do Ensino em todas as Instituições de Ensino Superior Mantidas pelo Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 337/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 116/87, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, mediante transformação da Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. Em votação.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em número de 4 de autoria de di-

versos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

DE N. 01 AO PROJETO DE LEI N. 337/87

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati - FECLI.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Apoiamento: Djalma de Almeida César, Nelson Vasconcellos, Sabino Campos, João Arruda, Homero Oguido, Dirceu Manfrinato.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 02

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. ... Fica o Poder Executivo autorizado a criar, sob forma de Fundação, a Universidade Estadual do Noroeste, com sede no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(a) NILTON BARBOSA

Apoiamento: Tadeu Lúcio Machado, Lauro Lobo Alcântara, Djalma de Almeida César, José Rogério Carvalho, Homero Oguido, João Arruda, Nelson Vasconcellos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 3

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. ... Fica o Poder Executivo autorizado a criar, sob forma de Fundação, a Universidade Estadual do Sudoeste, com sede no Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamento: Nilton Barbosa, Nelson Vasconcellos, Lauro Lobo Alcântara, João Arruda, Homero Oguido.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 04

Inclua-se onde couber:

Art. Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar a Fundação Faculdade Municipal de Ciências e Letras de Paranaíba.

Sala das Sessões, em 20.11.87.

(a) EDUARDO BAGGIO

Apoiamento: Ferrari Júnior, Cândido Bastos, Pirajá Ferreira, Artagão Mattos Leão, Antônio Annibelli, 1 ilegível.

Em votação o projeto e as emendas.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Pela Ordem)

Não estamos ouvindo o que Vossa Excelência está dizendo, gostaria que o senhor lesse mais perto do microfone, mais pausadamente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não entendi o que Vossa Excelência estava falando.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Estava falando que o Plenário tem o direito de ouvir o que esta Presidência está lendo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Se Vossa Excelência prestar atenção Vossa Excelência entende.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.
Emendas. Aprovadas.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 46/87, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que denomina de deputado ADALBERTO DAROS, a Sala da Comissão de Constituição e Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da Comissão Executiva e C.C.J., por Unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 48/87, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Catanduvas, para que a população local decida sobre a criação do Município de Ibema. (Anexo o Projeto de Lei n. 121/86, de autoria dos Deputados NILSO SGUAREZI e EDGARD PIMENTEL). EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 69/87, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem n. 93/87 - ex-Proposição 081/87 que aprova o Termo de revigoramento e prorrogação de 24.04.87, do convênio n. 011/86, celebrado em 11.07.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba, objetivando aplicação de recurso na melhoria do sistema de Transporte Hidroviário, nas ligações entre Guaraqueçaba Barra do Ararapira, Barra do Superagüi, Ilhas das Peças, Superagüi, Rasa e outras. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 71/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade - (Mensagem n. 79/87 - ex-Proposição n. 73/87) - que aprova o convênio celebrado em 10.03.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Rio Negro, objetivando a prestação de serviços de Socorro Público, e Combate a Incêndio na Área do referido Município. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 72/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade - (Mensagem n.

73/87 - ex-Proposição n. 71/87), que aprova os convênios celebrados em 10.04.87, entre o Estado do Paraná e Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Irrigação, objetivando a elaboração e execução de projetos executivos, bem como a aquisição de equipamentos complementares, em áreas relacionadas do nosso Estado, definidas no Plano Operativo 87. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 73/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade - (Mensagem n. 88/87 - ex-Proposição n. 77/87) - que aprova o Convênio n. 7/87, celebrado em 18.08.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Matinhos, objetivando assegurar a elaboração do Projeto e Execução dos Serviços de Terraplanagem, Pavimentação e Drenagem da Rodovia Ligação - Trecho PR/412 - Avenida Atlântica (Matinhos) numa extensão de 1,2 km. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Da Proposição n.º 047/87, oriunda do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO sobre Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 38/87), que objetiva alterar o Art. 147 de Carta Estadual. (O Governador perceberá subsídio igual ao vencimento e vantagens do Presidente do Tribunal de Justiça, e do Vice-Governador, fica fixado em 2/3 do que é pago ao Governador). EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovada.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 047/87

Artigo Único- O art. 147 da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 147 - O Governador do Estado, enquanto titular do cargo, perceberá subsídio igual ao vencimento e vantagens pagos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, excluídas quanto a estas, as de caráter pessoal.

Parágrafo Único - O subsídio do Vice-Governador do Estado fica fixado em 2/3 (dois terços) do que é pago ao Governador do Estado".

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO PROPOSIÇÃO N.º 047/87

PARECER:

A presente Proposição, oriunda da Mensagem Governamental n.º 038/87, encaminha

proposta de Emenda Constitucional que objetiva alterar o art. 147 da Carta Estadual, visando fixar o vencimento e vantagens do Governador do Estado, que perceberá subsídio igual ao do Presidente do Tribunal de Justiça, sendo que, o subsídio do Vice-Governador do Estado fica fixado em 2/3 (dois terços) do que é pago ao Governador do Estado.

A matéria atende aos requisitos constitucionais, legais e regimentais para a sua normal tramitação.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA

Presidente

BASÍLIO ZANUSO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 342/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 105/87), que objetiva incluir no texto do "Caput" do Art. 1° da Lei n° 8.492, de 30.06.87, o vocábulo "correntes". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 342/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O "Caput" do art. 1°, da Lei n° 8.492, de 30 de junho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesas de capital e correntes programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais de 1987 a 1991".

Art. 2° - esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.87.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 342/87

PARECER:

O presente Plano de Lei oriundo da Mensagem Governamental n° 105/87, objetiva incluir no texto do "caput" do artigo 1° da Lei n° 8.492, de 30.06.87., o vocábulo

"correntes".

Esta proposição visa ensejar condições no sentido da melhor e mais ampla aplicação dos recursos que vierem a ser obtidos em conformidade com a lei acima mencionada.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não se encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 086/87, (Mensagem n° 58/87 e 98/87- Ex-Proposição n° 095/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova a intervenção do Poder Executivo no Município de Mallet, de acordo com os Decretos n° 865, de 09.07.87 e 1490, de 29.09.87, do Poder Executivo. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 086/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1°- Fica aprovada a intervenção do Poder Executivo no Município de Mallet, de acordo com os Decretos n° 865, de 09.07.87 e 1490, de 29.09.87, do Poder Executivo no Município de Mallet, de acordo com os Decretos n°s 865, de 09.07.87 e 1490, de 29.09.87, do Poder Executivo. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 086/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1°- Fica aprovada a intervenção do Poder Executivo, no Município de Mallet de acordo com os Decretos n° 865, de 09.07.87 e 1490, de 29.09.87, do Poder Executivo.

Art. 2°- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 095/87

PARECER:

Oriundo das Mensagens Governamentais nºs 58/87, e 98/87, a presente proposição visa encaminhar cópia do Decreto nº 865/87, publicado no diário Oficial do dia 10 de julho do corrente e do Decreto nº 1490, do dia 10 de setembro deste ano, para que sejam os mesmos, na forma prevista pelo artigo 118, § 1º, da Constituição Estadual, apreciados por esta augusta Assembléia Legislativa.

O Decreto nº 865, instituindo a intervenção no Município de Mallet, foi provocado através do Ofício nº 825/87, do Tribunal de Contas do Paraná. Trata-se de intervenção decorrente da falta de apresentação de contas municipais a que estava obrigada a administração pública daquele Município, na forma da Lei (art. 118, III, da Constituição Estadual). O Decreto nº 1.490/87, tem por finalidade retificar o Decreto nº 865/87.

De acordo com o artigo 118, § 1º da Constituição Estadual, a competência para a iniciação do processo legislativo das leis que disponham sobre tal matéria, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo, e a sua execução dependerá de prévia aprovação da Assembléia Legislativa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução em anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

Esta Presidência, tendo em vista o farto noticiário que se espalhou no Brasil inteiro, inclusive, segundo consta fornecido por um Deputado Estadual de um partido único que tem nesta Casa, sobre os vencimentos dos Senhores Deputados, quero informar o seguinte. (Lê):

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista notícias de imprensa a respeito da remuneração dos Senhores Deputados, esclarece que os vencimentos reais de cada membro desta Assembléia, no mês de novembro de 1987, foram os seguintes:

1. SUBSÍDIOS - CZ\$ 92.108,00

2. AUXÍLIOS

- . Passagens... 39.002,00
- . Transportes. 45.351,12
- . Impressão... 4.222,22
- . Telefone.... 16.012,43
- . Telex..... 1.216,00
- . Correspond.. 10.266,66

- . Moradia..... 23.333,33
- . Publicação.. 4.817,33
- . Mat. Exped.. 1.921,15

TOTAL DE VENCIMENTOS..238.251,04

Fazem jus ainda, a uma verba de representação de Cz\$ 67 mil, que não conta como subsídio, porque está sujeita à prestação de contas como Gabinete Parlamentar."

(Termina de Ler).

Ainda a título de esclarecimento.

Demonstrativo da participação dos Poderes na Receita do Tesouro:

Ano de 1980, a Assembléia Legislativa, 1,2.
Ano de 1984, a Assembléia Legislativa, 1,5.
Ano de 1985, a Assembléia Legislativa, 0,9.
Ano de 1986, a Assembléia Legislativa, 1,2.
Ano 1987 - 1.

Ano de 1988 - previsão: 0,5.

A Mesa ainda esclarece que a Assembléia, por Emenda Constitucional aprovada, tem no orçamento de cada ano 3% de participação, sendo que 2% para a Assembléia e 1% para o Tribunal de Contas.

No Exercício de 1988 - com todas as emendas apresentadas, a Assembléia vai ter 0,5% e o Tribunal de Contas 0,5%.

A Mesa está disposta a prestar esclarecimentos aos Senhores Deputados:

O SR. PAULINO DELAZERI (Pela Ordem) - Eu pediria a gentileza de Vossa Excelência de passar fotocópia a todos os Senhores Deputados do conteúdo que foi lido por Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa encaminhará a todos os Senhores Deputados, à imprensa falada, escrita e televisionada essas informações que presta na tarde de hoje.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu só quero comunicar à Mesa e aos Senhores Deputados, que a Prefeitura de Cianorte fixou em edital um recorte de um jornal do Paraná com relação aos subsídios dos Senhores Deputados, e teve o cuidado de distribuir em Cianorte mil xerox à população cianortense, com relação a essa colocação - feita pela imprensa, do salário dos Senhores Deputados.

Eu gostaria de comunicar à Mesa que já está em meu poder, através de uma Auditoria do Tribunal de Contas do Paraná, com relação à Prefeitura de Cianorte e 8 vereadores envolvidos em corrupção, com desvio de combustível naquela cidade e que já pedi para ser inscrito no Grande Expediente, terça-feira próxima, onde apresentarei as denúncias comprovadas de corrupção no

Município de Cianorte.

Quero esclarecer à Presidência de que o fato de comunicar e denunciar a corrupção na Prefeitura de Cianorte não pode envolver a Assembléia Legislativa do Paraná no que se diz com respeito à denúncia efetuada pela imprensa com relação ao salário dos Senhores Deputados.

É um caso isolado; o caso do Deputado Dirceu Manfrinato na denúncia, e nada tem a ver com o Poder Legislativo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa encaminhará à Prefeitura de Cianorte, as explicações que deu na sessão de hoje a fim de que ela ratifique as suas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa constante do expediente, solicitando dispensa de Discussão e Votação da Redação Final, dos Projetos de 3.^a Discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas na sua tramitação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei Complementar n. 307/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 102/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações às Empresas Setti, do município e Jacarezinho, pela passagem do seu centenário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura e Abastecimento, cumprimentando-o pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo com o Programa de Irrigação e Drenagem no Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do INPS no Paraná, viabilizando a criação de uma Agência do Instituto, no Município de Santo Antônio da Platina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio aos Constituintes, integrante da Comissão de Sistematização, que votam pela aprovação do aumento do tempo de serviço para aposentadoria dos professores de 25 para 30, e de 30 para 35 anos.

Não recebido pela Mesa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo qual a arrecadação mensal, obtida através da doação feita pela Associação Profissional dos Lotéricos do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Algaci Túlio e demais Senhores Deputados, solicitando a prorrogação por mais 180 dias, o prazo de conclusão para a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Contrabando. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Requerimento do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan e demais membros da Comissão. Os Senhores Deputados que o aprovam queiram ficar como estão. Aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu quero solicitar de Vossa Excelência o registro em Ata e ao mesmo tempo o meu agradecimento, como coordenador do encontro que foi efetuado nesse Poder Legislativo, o encontro da Cafeicultura do Paraná, do apoio que nós tivemos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, gostaria que se registrasse em Ata, e como não conversei com os companheiros de Bancada, nem de Oposição, gostaria que se registrasse em Ata, um voto pessoal meu, de desaprovação, Senhor Presidente, ao ato praticado pelo repórter da TV Manchete, que adentrando a este Poder, pegando uma toalha do restaurante, vestindo alguém com a toalha branca, faz essa pessoa entrar e sair de um gabinete, correr pelos corredores, filmando, para se reportar a fantasmas. Pelo respeito que tenho à imprensa, acredito que o homem de imprensa deva se inspirar nos grandes repórteres que nós temos da política nacional, e não é com atos hilariantes como esse que vai valorizar a própria democracia no País, quando se sente uma orquestração, para diminuir o Poder Legislativo.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n. 272/84 e 306/87 e dos Projetos de Lei n. 235/86 e 21, 94, 145, 159, 187, 189, 195, 211, 233, 235, 236, 237, 238, 241, 242, 244, 245, 246, 248,

251, 253, 257, 260, 261, 264, 265, 274, 276, 280, 282, 328, 335, 336, 337/87.

3.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Resolução n. 46, 48, 50, 69, 70, 71, 72 e 73/87.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 342/87, do Projeto de Resolução n. 86/87 e das Proposições n. 40 e 47/87.

1.^a DISCUSSÃO -do Projeto de Lei Complementar n. 307/87 do Projeto de Resolução n. 49/87 e dos Projetos de Lei n. 254 e 101/87.

Levanta-se a Sessão.